



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRAL DE COMPRAS

ARP n. 108/2017  
Pregão Eletrônico n. 107/2017  
Processo n. 122.807/2016

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 108/2017**

Ao(s) 5 (cinco) dia(s) do mês de dezembro de dois mil e dezessete, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CÂMARA, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor LÚCIO HENRIQUE XAVIER LOPES, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a D'COLAR GRÁFICAS E ETIQUETAS LTDA - ME, situada no CND 04, lote 09, loja 03, subsolo, Taguatinga Norte - DF, CEP 72.120-045, telefone (61) 3354-1673, endereço eletrônico [dcolaretiquetas@gmail.com](mailto:dcolaretiquetas@gmail.com), inscrita no CNPJ sob o n. 16.640.717/0001-38, e neste ato representada por sua Representante Legal, a senhora LUANA MAGALHÃES DE ALMEIDA, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Brasília - DF, perante as testemunhas que este subscrevem, lavram a presente Ata, em conformidade com o processo em epígrafe, referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 107/2017, com a Lei n. 8.666/1993, com a Lei n. 10.520/2002, e com o Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80/2001, com o Regulamento do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado RSRP, aprovado pelo Ato da Mesa n. 34/2003, com o Decreto n. 7.892/2013, e com a proposta vencedora oferecida para os itens do objeto do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 107/2017, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

A finalidade da presente Ata é o Registro de Preços para prestação de serviços de impressão de imagens e textos em diversos tipos de materiais, por meio de plotagem, incluindo montagem e desmontagem, fornecimento, corte, dobra e instalação de chapas de acrílico, de acordo com o quadro a seguir:

Item	Descrição	U	Quant.	Valor unitário (R\$)
6	SERVIÇO DE PLOTAGEM EM VINIL ADESIVO FOSCO SOBRE PLACA TERMOPLÁSTICA BRANCA DE 2 mm	M2	320	89,67
7	SERVIÇO DE PLOTAGEM EM VINIL ADESIVO FOSCO SOBRE PLACA TERMOPLÁSTICA TRANSPARENTE DE 2 mm	M2	200	91,64
9	SERVIÇO DE PLOTAGEM EM VINIL ADESIVO FOSCO TIPO LAMINAÇÃO JATEADA	M2	10	37,64
10	FORNECIMENTO, CORTE, DOBRA E INSTALAÇÃO - CHAPA DE ACRÍLICO 2 mm	M2	20	183,86
11	FORNECIMENTO, CORTE, DOBRA E INSTALAÇÃO - CHAPA DE ACRÍLICO 4 mm	M2	20	268,88
				<b>TOTAL DA EMPRESA: R\$ 56.453,60</b>

Registra-se que não houve manifestação de empresa licitante que aceitasse cotar os bens em valor igual ao da empresa vencedora para formação de cadastro de reserva.



## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A prestação dos serviços deverá ser efetuada por requisição da Câmara dos Deputados, mediante emissão de Requisição de Prestação de Serviços e Ordem de Serviço por fax ou e-mail, conforme modelo constante dos Anexos n. 6 e 7, respectivamente, do Edital do Pregão em tela.

**Parágrafo primeiro** – A signatária receberá a Requisição de Prestação de Serviços com o projeto detalhado do referido serviço anexado.

**Parágrafo segundo** – A signatária deverá encaminhar ao Órgão Responsável, por via impressa, por fax ou por meio eletrônico, o orçamento do serviço ou material solicitado na requisição, no prazo máximo de 4 (quatro) horas úteis, contado da hora da confirmação do recebimento da Requisição de Prestação de Serviços.

**Parágrafo terceiro** – O Órgão Responsável, após aprovar o orçamento, enviará a respectiva Ordem de Serviço com antecedência mínima de 80 (oitenta) horas úteis do horário previsto do evento para o qual serão prestados os serviços ou fornecidos os materiais.

**Parágrafo quarto** – A comunicação de que trata o parágrafo anterior será feita em dia útil, até às 18h.

**Parágrafo quinto** – Local de execução dos serviços ou entrega e instalação: dependências da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

**Parágrafo sexto** – Será de responsabilidade da signatária o fornecimento do material, a execução dos serviços de impressão e a montagem (colagem e fixação dos produtos e materiais necessários) e desmontagem de todo o material a cada evento.

**Parágrafo sétimo** – A montagem do material deverá estar concluída no prazo constante da proposta da signatária, que não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas antecedentes ao horário previsto para o início do evento.

**Parágrafo oitavo** – A desmontagem do material deverá ser feita e estar concluída no prazo constante da proposta da signatária, que não poderá ser superior a 8 (oito) horas, contadas do horário do término do evento.

**Parágrafo nono** – Caso, durante o evento, haja necessidade de reparação ou refazimento dos serviços, por uso de material indevido ou de má qualidade ou problemas na montagem, o Órgão Responsável comunicará o fato por fax ou e-mail à signatária, que terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para resolução das incorreções indicadas, contadas da comunicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRITÉRIO DE REVISÃO DE PREÇOS**

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, nos termos do art. 13 do RSRP c/c o Capítulo VIII do Decreto n. 7.892, de 2013.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

A signatária terá seu registro cancelado, sem prejuízo de outras sanções legais



cabíveis, quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Câmara dos Deputados, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) houver razões de interesse público para o cancelamento.

Parágrafo primeiro – Em caso de cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo – A signatária poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado, que venha comprometer a perfeita execução de suas obrigações.

Parágrafo terceiro – O Registro de Preços poderá ser cancelado ainda nas hipóteses previstas no artigo 126 do RPL.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo primeiro – As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo segundo – A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da signatária de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.

Parágrafo terceiro – A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não mantiver a proposta, faltar ou fraudar com suas obrigações estipuladas neste Edital, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, após regular processo de apuração de responsabilidade, ficar impedida de licitar e de contratar com a União, com descredenciamentos no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

Parágrafo quarto – Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666, de 1993, de acordo com o estabelecido nas alíneas de “a” a “d” do subitem 4.1 do Anexo 3 do Edital.

Parágrafo quinto – Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria nº 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

Parágrafo sexto – Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando verificada, em um período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.



Parágrafo sétimo – A signatária será também considerada em atraso se prestar os serviços em desacordo com as especificações e não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente do prazo de execução fixado na proposta.

Parágrafo oitavo – Na hipótese de abandono da Ata de Registro de Preços, a qualquer tempo, ficará a signatária sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente da Ata de Registro de Preços, nele incluído o valor total do serviço requisitado e não realizado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo nono – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela Câmara dos Deputados ou recolhidos pela signatária à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo décimo – Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a Câmara dos Deputados julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à signatária, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, observados, sempre a reprovabilidade da conduta da signatária, dolo ou culpa e o disposto no parágrafo anterior e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a tabela constante do item 10 do Anexo 3 do Edital.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS**

Esta Ata poderá, durante sua vigência, ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal e demais entidades por elas controladas, mediante prévia solicitação dirigida à Câmara dos Deputados, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8.666/1993 e no Decreto n. 7.892/2013 c/c o Ato da Mesa n. 34/2003.

Parágrafo primeiro – A signatária deverá ser consultada sobre a solicitação de adesão à Ata, observadas as condições nela estabelecidas, assim como, as estabelecidas neste Edital e na legislação relativa às licitações, manifestando-se sobre a possibilidade de atender às aquisições ou contratações adicionais, sem acarretar prejuízos às obrigações assumidas com a Câmara dos Deputados.

Parágrafo segundo – As aquisições ou contratações a que se refere esta cláusula não poderão exceder a cem por cento dos quantitativos registrados nesta Ata, ficando sua utilização sujeita à expressa anuência deste Órgão e concordância da signatária.

Parágrafo terceiro – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

Parágrafo quarto – Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela signatária das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRAL DE COMPRAS

ARP n. 108/2017  
Pregão Eletrônico n. 107/2017  
Processo n. 122.807/2016

descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a este Órgão.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VALIDADE**

O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único – A signatária explicita o compromisso da manutenção dos preços registrados, pelo prazo de 12 (doze) meses, ressalvadas as hipóteses do art. 13 do RSRP c/c Capítulo VIII do Decreto n. 7.892/13.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

O Edital e seus anexos, bem como a proposta da signatária, integrarão a Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento desta Ata.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam a presente Ata com 5 (cinco) páginas na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 05 de dezembro de 2017.

Pela CÂMARA:

  
Lúcio Henrique Xavier Lopes  
Diretor-Geral  
CPF nº 357.759.121-87

Pela D'COLAR:

  
Luana Magalhães de Almeida  
Representante Legal  
CPF n. 011.815.341-27

Testemunhas: 1) Guilherme Linhares de Deus  
2) Guilherme Linhares de Deus